

Mario Felipe de Lima Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet

Resumo: Este artigo parte de considerações sobre os limites e potencialidades de produção de solidariedade, através do reconhecimento recíproco, em interações sociais mediadas pela tecnologia envolvendo principalmente ativistas travestis e transexuais. Partindo de ideias do interacionismo simbólico sobre as interações sociais face a face, trato dos conflitos presentes em interações políticas na internet e da transformação de “potenciais aliadas/os” em “inimigas/os” ou “adversárias/os” na luta política. Nesta análise, busco perceber as trocas político-acadêmicas envolvendo categorias como “subalternidade” e “interseccionalidade” a fim de adentrar o delicado debate a respeito da maior ou menor valorização dos posicionamentos políticos a partir do “lugar de fala” do sujeito e de seu/sua interlocutor/a.

Palavras-chave: ciberativismo; reconhecimento; subalternidade; movimentos sociais; internet



Esta obra está sob licença Creative Commons.

*“Nós” não escolhemos, originalmente, ser ciborgues. A ideia de escolha está na base, de qualquer forma, da política liberal e da epistemologia que imaginam a reprodução dos indivíduos antes das replicações mais amplas de “textos”. [...] Esses ciborgues da vida real estão ativamente reescrevendo os textos de seus corpos e sociedades. A sobrevivência é o que está em questão nesse jogo de leituras.
Donna Haraway (Manifesto Ciborgue)*

Introdução

¹ Utilizo aqui *travestis*, *mulheres transexuais* e *homens trans* como categorias êmicas através das quais certos coletivos se identificam no campo político. Ressalvo que apesar dos esforços de definição do que seja travesti e transexual, perceptíveis tanto no plano político quanto no plano científico, o uso cotidiano desses termos por aquelas/es que os utilizam como cate-

O movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans no Brasil, ou simplesmente movimento trans¹, foi meu principal objeto de estudos ao longo de toda pós-graduação, e foi durante o processo de escrita da tese de doutorado que me dei conta de que boa parte do meu material de campo passava pela internet, fundamentalmente pelo Facebook, alguns blogs e canais no YouTube. Que as novas plataformas digitais de interação social foram incorporadas, modificadas e resignificadas nos usos políticos e sociais das mesmas é um fato inegável. Que estas mesmas

gorias identitárias é bastante diverso, sendo que uma mesma pessoa pode se identificar ora como travesti, ora como transexual dependendo do contexto (CARVALHO, 2011). Há, no entanto, um relativo consenso político no uso da categoria *peçoas trans* como englobante das diversas expressões identitárias, assim como com o uso de *movimento de travestis*, *mulheres transexuais* e *homens trans* como forma de explicitar os diferentes sujeitos políticos do movimento, ou no uso mais cotidiano de *movimento trans* como forma de sintetizar tais sujeitos políticos.

² Agradeço à/ao parecerista anônima/o pela leitura atenta, comentários, críticas e sugestões. Agradeço também a Larissa Pelúcio, Richard Miskolci e Jorge Leite Jr. pelo incentivo a publicação das ideias expressas nesse artigo, e a Lucas Tramontano pelas infundáveis conversas que proporcionaram muitas das considerações aqui colocadas.

³ "Treta" é uma categoria êmica usada para se referir a um conjunto amplo de conflitos e brigas (textuais, orais, em vídeo ou por imagens), frequentemente usada por jovens para se referir a situação tanto online quanto offline. Apesar de no escopo deste artigo me concentrar nas "tretas" online, não é possível determinar que o uso da categoria seja restrito a um campo definido, havendo "tretas" que se iniciam online e tem continuidade offline e vice-versa. Nesse sentido, o mais correto seria caracterizar o uso da categoria "treta" dentro de um *continuum online/offline*.

plataformas possibilitaram a divulgação de regimes alternativos de visibilidade de pessoas trans (assim como de outros coletivos socialmente minorizados) também é inegável. Nesse sentido, não me debruço sobre os sentidos e reapropriações das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) através dos usos ativistas das mesmas, mas sobre as interações ativistas nas redes digitais em termos de práticas e estratégias de convencimento político².

Este artigo parte de considerações sobre os limites e potencialidades de produção de solidariedade, através do reconhecimento recíproco, em interações sociais mediadas pela tecnologia envolvendo principalmente ativistas trans. Partindo de ideias do interacionismo simbólico sobre as interações sociais face a face, trato dos conflitos presentes em interações políticas na internet (as "tretas"³) e da transformação de "potenciais aliadas/os" em "inimigas/os" ou "adversárias/os" na luta política. Nesta análise, busco perceber as trocas político-acadêmicas envolvendo categorias como "subalternidade" e "interseccionalidade" a fim de adentrar o delicado debate a respeito da maior ou menor valorização dos posicionamentos políticos a partir do "lugar de fala" do sujeito e de seu/sua interlocutor/a.

Antes de entrar nestas considerações, é necessário esclarecer que o uso de noções como "solidariedade" e "reconhecimento recíproco" é feito com base na teoria do reconhecimento de Axel Honneth (1992, 2003 e 2009), na qual existiriam três formas de reconhecimento: (i) as relações primárias de amor e amizade; (ii) as relações jurídicas no âmbito dos direitos; e (iii) a solidariedade na comunidade de valores. Seguindo este modelo, a demanda pela facilitação da alteração de nome e sexo no registro civil, como principal exemplo de luta por reconhecimento jurídico de pessoas trans, está circunscrita a apenas um aspecto do processo de privação de direitos e, portanto, não daria conta de formas de desrespeito que afetam mais diretamente a "dignidade"; como a ofensa, a agressão física e o assassinato. Tais situações, por sua vez, estão no âmbito da terceira forma de reconhecimento descrita por Honneth (2009): a "solidariedade".

Segundo o autor, a "solidariedade" decorreria de uma "estima social" que permite aos sujeitos uma relação positiva com suas capacidades e propriedades concretas, estando, portanto, relacionada às características particulares que diferenciam as pessoas. Neste sentido, o reconhecimento propriamente social necessita de uma mediação que universalize as possibilidades de diferença. Tal mediação seria operada pelo que o autor chama de "autocompreensão cultural de uma sociedade":

um quadro de orientação simbolicamente articulado, mas sempre aberto e poroso, no qual se formulam os

valores e os objetivos éticos de uma sociedade. [...] A autocompreensão cultural de uma sociedade pre-determina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas (HONNETH, 2009, p. 200).

As experiências de desrespeito podem envolver diferentes esferas do reconhecimento quando as expectativas do sujeito não são supridas na interação social. Essas situações serão mais bem exploradas ao longo do texto, principalmente ao tratar das “tretas”.

Por fim, poderia se advogar que a perspectiva de reconhecimento proposta por Judith Butler (2006, 2015a e 2015b) seria mais útil para se pensar a realidade de vida de pessoas trans, uma vez que a autora parte de uma percepção dos processos de reconhecimento pela negativa, ou seja, o reconhecimento se daria na universalidade da vulnerabilidade humana frente à morte. Em seu modelo de “ética da não violência”, a autora afirma que a ausência de direito de manifestar o luto em público seria a falta de reconhecimento mais drástica. Assim, as mortes não reconhecidas, não passíveis de luto, evidenciariam o não reconhecimento da própria humanidade do sujeito. De fato, a proposta de Butler é muito útil para pensarmos o sistemático assassinato de pessoas trans no Brasil e a negligência das autoridades policiais e jurídicas na efetiva investigação e punição dos/das culpados/as⁴. Entretanto, meu foco neste artigo está nos processos de interação social na internet, nos quais ativistas buscam a produção de regimes alternativos de visibilidade de pessoas trans através da valorização de seus modos de vida, o que se alinha mais à proposta de Honneth descrita anteriormente.

Feitas estas considerações introdutórias, apresento na sequência um breve panorama dos repertórios de ativistas trans na internet, para depois traçar algumas contribuições do interacionismo simbólico aos estudos de interações sociais na internet. E, por fim, adentro o delicado debate acerca dos conflitos na identificação de aliadas/os e inimigas/os presentes nas produções discursivas de ativistas nas redes digitais.

Os repertórios do ciberativismo trans

Um dos contextos mais comuns de debate entre ativistas trans e um público heterogêneo é o espaço dedicado a comentários de matérias jornalísticas em portais de notícias.⁵ Sistemáticamente, diferentes ativistas marcam o não reconhecimento do gênero em matérias que usam construções como “o travesti” ou “o transexual” para se referir às pessoas que se reconhecem no feminino, assim como também destacam notícias e artigos de opinião que constroem um regime de visibilidade depreciativo de pessoas trans, normalmente as associando à criminalidade, à

⁴ A socióloga Berenice Bento (2014) sugere categorizar este tipo de assassinato como transfeminicídio, a fim de ressaltar a premência do gênero na motivação da violência, diferenciando-a assim de assassinatos com motivação homofóbica (contra gays e lésbicas).

⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre ativismo trans na internet, ver Mario Felipe de Lima Carvalho (2015) e Mario Felipe de Lima Carvalho & Sérgio Carrara (2015).

prostituição e ao tráfico de drogas, entre outras situações de transfobia, sejam elas evidentes ou implícitas. Por vezes, tais comentários geram debates com diferentes leitores/as dos portais, que ora apoiam as declarações das/os ativistas e ora se opõem fortemente com discursos de ódio ou com acusações de “implicância” por parte dessas/es ativistas. Em comentários como “deixa de ser implicante”, “isso é procurar pelo em casca de ovo” ou “você não tem mais o que fazer”, nota-se o não reconhecimento explícito da validade política e moral da reivindicação ativista. Nesse sentido, o não reconhecimento da situação de violência verbal, física ou simbólica constrói um sistema de retroalimentação e validação moral da violência.

O outro uso ativista da internet é para denúncias de violência contra pessoas trans, quase sempre letal. A ausência de possibilidade de notificação específica no caso de assassinatos de travestis e mulheres transexuais faz do transfeminicídio um fenômeno de difícil mensuração. As estimativas com relação ao número de assassinatos são feitas com base em matérias de jornais e denúncias nas redes sociais. Entretanto, tais denúncias feitas de forma sistemática, normalmente acompanhadas de fotos de corpos esfaqueados, desfigurados e por vezes esquartejados, levantam a discussão acerca da espetacularização da violência.

Com base em um levantamento de assassinatos de gays e travestis entre as décadas de 1970 e 1990 no Rio de Janeiro, Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) mostram um processo de construção, em diferentes níveis da justiça (da investigação policial à sentença judicial), das travestis como vítimas banais cujos assassinatos quase nunca são solucionados em decorrência de uma indiferença policial. Esta banalização, então, já se processa antes mesmo da publicação dos crimes em páginas de jornal. Analisando as representações de assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca entre os anos de 1980 e 2000, Paula Lacerda (2006) mostra um processo, não apenas de banalização dos assassinatos, como também de produção do que poderíamos chamar de vítimas culpáveis.

Já nas postagens feitas na internet que acompanham denúncias desse tipo, é comum a expressão não apenas de sentimentos de revolta, mas também de luto, de medo e de tristeza. Nesta estratégia, é comum o uso de expressões como “mais uma” ou “quem vai chorar por elas?”. Ou seja, haveria um subtexto: *“Pessoas como eu são assassinadas deste modo. Eu tenho medo de ser assassinada. Imagine você o que seria viver com o medo constante de morrer”*. Independente do risco de banalização destes assassinatos, a denúncia constante dos mesmos sinaliza um apelo desesperado por reconhecimento da violência sofrida, que em última instância, põe em risco a existência de pessoas trans.

⁶ Esse tipo de acusação remonta ao período de entrada de travestis num mesmo movimento que gays e lésbicas em meados dos anos 1990. Uma de minhas interlocutoras da pesquisa de mestrado se referia à minorização de travestis no movimento dizendo: “Imagina que coisa horrível ser a última da rabeira da sopa de letradas” (CARVALHO, 2011, p. 47).

⁷ Uma análise de material empírico tratando de conflitos entre ativistas trans e feministas acerca da tais questões consta em Carvalho e Carrara (2015).

⁸ Segundo Sérgio Carrara (1996, p. 170, grifo no original), nos anos 70 do século XIX, “organizou-se então um movimento que, inspirado nas campanhas pela erradicação do trabalho escravo, ficou conhecido como *abolicionismo*. [...] Em 1877 fundava-se, em Genebra, a **Federação Britânica e Continental pela Abolição da Prostituição**, destinada a pressionar os diferentes governos europeus no sentido de revogarem os regulamentos [relativos ao exercício da prostituição] onde quer que eles existissem”. Atualmente, o termo continua sendo utilizado para se referir a posições, inclusive de setores do feminismo, contrárias a qualquer forma de regulamentação da prostituição.

⁹ O debate sobre a participação de mulheres transexuais em espaços feministas remonta à década de 1970, nos países do Norte global, sobretudo nos EUA. Uma das principais vozes opositoras a tal participação foi a norte-americana Janice Raymond, que publicou em 1979 o livro *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*. A obra, produzida numa intersecção entre academia e ativismo, ofereceu os principais argumentos anti-trans no feminismo, ao mesmo tempo em que também gerou uma sequência de produções teóricas e contestações de pessoas trans. Entre tais respostas cabe destacar: o artigo *The Empire Strikes Back: a Post-transsexual Manifesto* publicado em 1991 por Sandy Stone, uma ativista trans que na época era

Por fim, destaco o uso ativista mais relevante para este artigo: o debate entre ativistas trans e outros setores da sociedade civil, mais notadamente em fóruns LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e feministas. Nestes espaços, os debates acontecem com pessoas em diferentes graus de engajamento político em lutas sociais que poderíamos considerar como paralelas, englobantes ou interseccionais ao ativismo trans. No espectro LGBT dessas interações, as “tretas” mais recorrentes giram em torno de disputas relacionadas ao protagonismo político e de acusações de certo “monopólio” do movimento LGBT por ativistas gays. Nestas “tretas”, é comum o uso da categoria “GGGG” em substituição a “LGBT” como forma de explicitar um descontentamento com a construção de pautas, reivindicações e protagonismos políticos centrados em apenas uma das categorias de identidades coletivas abarcadas pelo movimento⁶. Devo ressaltar que o uso da categoria “GGGG” traz implicitamente outras acusações de hegemonias, como de classe e raça. Assim, em frases como “não aguento mais esses militantes GGGG”, fica implícita (e muitas vezes explícita ao longo da interação) que tais militantes também seriam brancos e de classe média.

Já no espectro feminista de tais interações, as “tretas” giram em torno de duas questões centrais: prostituição e o sujeito político do feminismo⁷. No que tange à prostituição, as “tretas” reencenam antigos debates internos ao campo feminista entre posições que defendem a regulamentação do trabalho sexual e posições abolicionistas⁸. A reivindicação de participação de travestis e mulheres transexuais em espaços feministas, e consequentemente a ampliação do sujeito político do feminismo, não é um debate (nem um conflito) novo⁹. Na reedição de tais contendas na internet, é recorrente o recurso de categorias acusatórias como “radfems”, em referência a um tipo de feminismo radical que consideraria apenas as pessoas assignadas ao nascer como mulheres parte do sujeito político do feminismo, e “TERF”, que significa *trans-exclusionary radical feminists*, ou feministas radicais que excluem trans. Há também um uso pejorativo da categoria “piroco” para se referir a mulheres transexuais e travestis, num alusão direta a “piroca” (pênis), no sentido de deslegitimar a identidade feminina de tais sujeitos.

Da interação face a face à interação mediada pela tecnologia: algumas contribuições a partir do interacionismo simbólico

É comum, não apenas nos estudos de movimentos sociais como no próprio vocabulário militante, o uso de metáforas bélicas tais como: luta, enfrentamento, disputa, inimigos,

orientanda de doutorado de Donna Haraway; o panfleto "*Transgender Liberation: a movement whose time has come*" publicado em 1992 pela/o ativista Leslie Feinberg; e "*The Transfeminist Manifesto*" publicado em 2003 pela ativista e acadêmica Emi Koyama. Essas três produções tem forte influência do feminismo pós-estruturalista de autoras como Teresa de Lauretis, Donna Haraway e Judith Butler, assim como, no caso de Koyama, dos feminismos de fronteira, que tem em Glória Anzaldúa sua principal expressão. Para um relato mais detalhado das disputas feministas nos EUA, tanto em espaços ativistas quanto em produções acadêmicas, ver Coacci (2014).

¹⁰ Para uma análise comparada entre o uso da metáfora bélica e da metáfora dramática, ver Monika Dowbor e José Szwako (2013).

aliados, adversários, armas, munição, etc.¹⁰. Entretanto, venho seguindo a proposta de Erving Goffman (2009) de uso da metáfora dramática como ferramenta analítica das interações sociais e políticas envolvendo ativistas trans. Não me deterei aqui numa exposição minuciosa do interacionismo simbólico, mas vou apenas destacar alguns pontos centrais da minha preocupação com as interações sociais que têm no seu horizonte o convencimento político em vista da produção de solidariedade e reconhecimento recíproco.

A abordagem dramática de Goffman (2009) pressupõe uma interação social face a face. Em tais interações, o curso de ação das atrizes e atores pode mudar a qualquer momento em virtude de "deixas" de outras pessoas envolvidas na interação, de impressões captadas da plateia, de mudanças no cenário, de rupturas na representação, entre outros fatores. São pequenos gestos de aprovação ou reprovação, demonstrações de falta de interesse, olhares descuidados, bocejos, risadas, mudanças no tom de voz, postura corporal, e toda uma gama de fatores objetivos e subjetivos que estão envolvidos na manutenção ou mudança de determinado curso de ação. Entretanto, nas interações sociais mediadas pela tecnologia, como as do ciberativismo, muitos destes fatores não estão disponíveis nem para as/os atrizes/atores, nem para a plateia. Por exemplo, quando uma mensagem é escrita e postada no Facebook, a pessoa que a escreve não tem como perceber no meio do processo se a mensagem que se desenha está sendo aprovada ou reprovada, de maneira que esta percepção mude seu curso de ação a fim de que a mensagem alcance o objetivo que ela deseja, ou, nos termos de Goffman (2009), a fim de estabelecer uma representação bem sucedida.

Nesse sentido, ao fazer uma postagem, o indivíduo pode, a partir de conhecimentos prévios das pessoas que estão entre seus contatos e que, portanto, seriam receptoras da mensagem, modular a mesma para alcançar determinado objetivo: provocar revolta, compaixão, solidariedade, desprezo, etc. Porém, este conhecimento é limitado por alguns fatores. Primeiramente, o/a emissor/a da mensagem deve pressupor como a mesma será recebida por inteiro, não tendo a possibilidade de mudar o curso discursivo e da representação no meio do caminho. Em segundo lugar, não há certeza de que a mensagem será restrita a uma plateia específica, e os efeitos dos compartilhamentos e das múltiplas recepções que a mensagem pode ter são imprevisíveis. Em terceiro lugar, mesmo com a existência de novos grafismos usados nas redes sociais da internet a fim de produzir efeitos de interjeições, risadas, choro, etc., estes não são capazes de transmitir a mesma gama de sinais disponíveis na interação face a face.

Pode-se advogar que meus argumentos se aplicam apenas a interações com base em mensagens de texto, e

que o constante uso de mensagens de vídeo poderia superar tais obstáculos. Em parte sim, no que diz respeito à possibilidade de percepção da plateia de outros elementos que compõem a representação para além do texto bruto, tais como a expressão facial, os gestos, o tom de voz, o figurino, e possivelmente até o cenário envolvido na representação. Porém, o que me parece mais fundamental em representações que visam o convencimento político é a capacidade do/a emissor/a em perceber o processo de recepção da mensagem por parte da plateia, podendo reavaliar o curso do discurso. Por outro lado, uma vez que a mensagem é enviada por inteiro, há uma diminuição nas possibilidades de compreensão incompleta ou mal-entendidos em virtude de uma ruptura abrupta, que poderia acontecer facilmente numa interação face a face.

Se a interação social mediada pela tecnologia impossibilita a captação de impressões da plateia (no limite, a definição mesma de quem compõe a plateia), ela também fica livre dos constrangimentos oriundos de tais impressões que poderiam cercear ou limitar a expressão de uma determinada ideia. Esta maior liberdade de expressão, entretanto, é dúbia. Ao mesmo tempo em que ela possibilita uma maior visibilidade e potencializa a difusão de discursos subalternos, dissidentes ou de minorias sociais, ela também possibilita a disseminação viral de discursos de ódio.

Quais seriam, então, as possibilidades e impedimentos para o reconhecimento recíproco numa interação social na qual não se vê a outra pessoa? Há evidentemente uma série de interações sociais na internet entre pessoas que se conhecem *offline*, assim como outras nas quais o reconhecimento recíproco é um pressuposto da interação, como nos fóruns fechados de pessoas trans e, mais claramente, no processo de organização política dos homens trans no Brasil¹¹. Mas minha questão é outra. Minha questão é a interação social e o convencimento político entre diferentes, e os conflitos inerentes a esses processos, ou seja, “as tretas”. São três situações recorrentes que motivam este questionamento.

Com frequência, alguns/algumas ativistas têm posicionamentos que poderiam ser caracterizados como radicais, no sentido mais bruto do termo, em vários debates na internet. Por vezes, parecem não reconhecer potenciais aliados ou pessoas em processo de convencimento ou de reconhecimento da legitimidade política e moral das reivindicações trans, principalmente quando estas pessoas tecem algum comentário que direta ou indiretamente poderia ser considerado transfóbico (um exemplo é a não utilização de linguagem inclusiva ou com neutralidade de gênero). Em situações desse tipo, é comum a ruptura total do processo de convencimento político para se caracterizar o comentário

¹¹ Sobre o papel central da internet na organização política de homens trans no Brasil, ver Simone Ávila (2014) e Carvalho (2015).

ou discurso em questão como opressor, desacreditando qualquer posicionamento político que a pessoa que o emitiu venha a ter. Ou seja, em fração de segundos, ou de caracteres, um potencial aliado se torna *persona non grata*; como o ocorrido com a atriz Glória Pires ao usar a expressão “opção sexual” ao invés de “orientação sexual”, ou as polêmicas em torno da ausência de negras/os e pessoas trans na campanha do Boticário para o dia dos namorados de 2015, por exemplo.

A segunda situação é a grande difusão de discursos de ódio nas redes sociais da internet. Por vezes, certos comentários altamente ofensivos acabam por desacreditar a própria humanidade do outro. Mas como meu foco de investigação é nos discursos e práticas ativistas, deixarei esse ponto de lado.

Por fim, a terceira situação diz respeito ao constante recurso a noções como “interseccionalidade”, “subalternidade”, “lugar de fala”, “*queer*”, entre outras categorias cujos sentidos são produzidos, reproduzidos e transformados em trocas político-acadêmicas. Não se trata de fazer um escrutínio das produções e conceituações acadêmicas *vis-à-vis* as produções ativistas em torno de tais categorias. Esta posição partiria do pressuposto que o correto seria o estabelecido em textos acadêmicos e que o ativismo faria um uso equivocado ou deturpado de conceitos em vista de um pragmatismo político. Apesar de passíveis de críticas de conservadorismo, as considerações de Max Weber (2007) sobre a política e a ciência como esferas discursivas distintas, mas interconectadas, podem ser relevantes nessa questão.

Esta interface ou conexão entre ativismo e academia no âmbito do que hoje chamamos de movimento LGBT passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. Desde uma forte desconfiança com relação às reais intenções de pesquisadoras/es que frequentavam as reuniões do primeiro coletivo de homossexuais no Brasil, o grupo SOMOS de São Paulo (MACRAE, 1990; SIMÕES & FACCHINI, 2009), passando pela consulta feita por ativistas a diversos/as antropólogas/os acerca da melhor categoria (“orientação sexual” ou “opção sexual”) a ser utilizada nas demandas apresentadas à Assembleia Constituinte em 1987 (CÂMARA, 2002). Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon (2013) localizam na eclosão da epidemia do HIV/Aids o marco de um padrão ambíguo nesta relação. Para as/os autoras/es:

a produção de conhecimento científico é evocada em razão de seu potencial de legitimação das demandas do movimento e de sua capacidade de subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas públicas; mas permanece certa desconfiança, visto que, produzido a partir de outras referências,

esse conhecimento acadêmico pode também conflitar com as estratégias ativistas, seja de modo pontual ou mais significativo. (FACCHINI, DANILIAUSKAS, PILON, 2013, p. 166)

Este cenário se complexifica com o trânsito de estudantes envolvidas/os no movimento estudantil relacionado à diversidade sexual para programas de pós-graduação, principalmente na última década. Assim, não se poderia falar numa polarização de projetos (acadêmicos *versus* ativistas), mas em coexistências e alianças contingentes (FACCHINI, DANILIAUSKAS, PILON, 2013). O trânsito de sujeitos entre distintas vocações, para usar as palavras de Weber, não pode ser pensado como uma escolha entre uma posição crítica esperada da academia e uma posição pragmática esperada do engajamento político. Não apenas o campo político e o campo científico são mais diversificados, como as produções discursivas influenciam umas às outras¹². É possível afirmar que atualmente existem ativismos com perspectivas altamente críticas oriundas de diversos construcionismos, assim como produções acadêmicas engajadas e preocupadas com o pragmatismo da ação do Estado em diferentes áreas, como a saúde, a educação e a assistência social.

¹² Diversas ativistas envolvidas na produção e divulgação da categoria “transfeminismo” possuem trajetórias ativistas fortemente imbricadas em produções acadêmicas relacionadas ao tema, mas também poderia se dizer que possuem trajetórias acadêmicas imbricadas em produções ativistas.

Nesse mesmo sentido, Sérgio Carrara (2016) analisa o momento atual da relação entre a antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil:

As relações entre ciência e política são evidentemente muito mais complexas do que o dilema que opõe crítica, de um lado, e engajamento, de outro. É importante considerar a heterogeneidade desses dois universos e o modo como diferentes perspectivas situadas em cada um deles aproximam-se e se separam, às vezes apoiando-se e legitimando-se mutuamente, às vezes entrando em ferozes disputas. Diferentes estilos de militância e de pensamento estão em constante interação, disputando o poder de dizer o que é a realidade social e quais são, portanto, os melhores meios para transformá-la. Além disso, o ponto de vista dos múltiplos atores sociais que viabilizam o trabalho de investigação antropológica e que participam dessa teia de negociações e compromissos que abrem certo campo à observação incorpora-se, de um modo ou de outro, nos “fatos” que produzimos, configurando nosso discurso sobre eles. (CARRARA, 2016, p.26. No prelo).

O que me parece mais interessante, e preocupante ao mesmo tempo, é o uso de noções de “lugar de fala” como forma de garantir ou retirar legitimidade política de quem fala, ou escreve. Esta noção, associada ao conceito de interseccionalidade, aparece constantemente em postagens

que enunciam uma série de marcadores sociais dos sujeitos envolvidos em determinado conflito político, ou “treta”. Assim, frases como “eu, enquanto mulher cis negra periférica e transfeminista” ou “este fórum hegemônico por homens gays brancos cis de classe média” são acionadas como prova autoevidente do compromisso de diferentes sujeitos com projetos políticos pressupostamente antagônicos.

Que os marcadores de gênero, raça/etnia, cor, classe, regionalidade, sexualidade, entre outros são fundamentais na construção das possibilidades de vida e também de fala dos sujeitos políticos, não há dúvida. O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado. A este processo, soma-se uma confusão política entre “falar com” e “falar por”, entre aliança e protagonismo político. Esta confusão leva, no limite mais absurdo dos conflitos políticos na internet, à inversão da pergunta de Gayatri Spivak (2010): não se tratando mais de “se pode o subalterno falar”, mas se atualmente “só poderia o subalterno falar”, e, quanto mais marcadores de subalternidade, maior seria a legitimidade política.

Este conflito não encerra apenas a disputa pelo “poder de dizer o que é a realidade social e quais são, portanto, os melhores meios para transformá-la” (CARRARA, 2016), mais evidente na relação entre o campo político e o campo científico. Mas, também, traz à tona a disputa interna ao campo político pelo “microfone público” (ALVAREZ, 2014). Em todos os casos, a categoria “lugar de fala” parece aberta a múltiplas interpretações. Desde uma resistência descolonial à força dos saberes científicos (principalmente da biomedicina) em circunscrever os problemas e as soluções para a vida das pessoas, independentemente do que as mesmas têm a falar; passando pela forte valorização da experiência vivida e encarnada na delimitação das violências sofridas, o que traz consigo a necessidade política de descrição das variadas especificidades sociais (frequentemente transformadas em individuais) em termos de classe, gênero, raça, sexualidade, local de moradia, etc.; chegando até a sanção na emissão de opinião, ou de fala mesmo, sobre determinado tema por parte de pessoas que não carreguem qualquer característica social ou individual que as conectem diretamente ao problema em questão¹³.

Neste ponto, o debate acerca das (im)possibilidades de tradução do discurso subalterno se torna relevante¹⁴. Em certa medida, a política depende de processos de generalização de questões individuais a fim de construir respostas de diferentes ordens. O problema reside na tradução da injustiça sofrida por um indivíduo para um conjunto maior de pessoas, como bem sinaliza Honneth (2009, p. 258):

[...] os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que proce-

¹³ Um exemplo disto está na frase: “Não dê pitaco sobre uma opressão que você não sofre”. Esta frase é repetidamente usada em fóruns da internet e chegou a virar cartaz colado em algumas ruas do Rio de Janeiro.

¹⁴ O debate de Spivak (2010) sobre tradução é muito mais complexo do que o apresentado neste texto, tratando-se mais de uma inspiração que um debate por dentro da teoria da autora.

dem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. [...] se essas expectativas normativas são desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito. Sentimentos de lesão dessa espécie só podem tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro.

¹⁵Um debate mais profundo sobre a noção de pontes de identificação como ferramenta na luta por reconhecimento pode ser encontrado em Carvalho (2015).

Tal possibilidade de articulação depende da construção de pontes de identificação¹⁵ entre diferentes sujeitos, violências, injustiças e situações de desrespeito. Para isso, é necessário um deslocamento de uma compreensão mais identitária para uma compreensão mais sistêmica das injustiças. Em outras palavras, não se trata exatamente das especificidades da vida de uma travesti negra moradora de uma favela carioca; mas da intersecção entre transfobia, racismo e segregação urbana no Rio de Janeiro. Há, então, uma contradição epistemológica: a enumeração de uma quantidade cada vez maior de marcadores sociais da diferença, que em certa medida compõe uma estratégia pós-estruturalista de esfacelamento das identidades unitárias; acaba por resultar numa soma, cujo resultado é sempre um, fortalecendo assim a própria identidade. Ou seja, há um retorno a um sujeito totalizado e único cuja injustiça sofrida é impossível de ser identificada em outro. Arrisco afirmar que este resultado contraditório está contido num processo de apropriação neoliberal de pressupostos pós-estruturalistas no sentido da manutenção do valor, da unidade e da potência do indivíduo.

Antes de aprofundar minhas considerações sobre conflito e aliança ou adversárias/os e aliadas/os, central neste processo, gostaria de fazer algumas considerações sobre as plataformas de interação social na internet. Levanto aqui a hipótese de que os constrangimentos, possibilidades e valorações culturais dadas pelo formato destas plataformas teriam uma relação direta com uma supervalorização de marcadores sociais atribuídos a diferentes individuais. Por exemplo: quais as implicações da restrição de 140 caracteres do Twitter na produção de conflitos políticos calcados em frases de efeito que no limite terminam por apenas arregimentar torcedoras/es numa disputa por “curtidas” ou por posições no *trend topics*¹⁶? Esta disputa é mais evidente no Facebook, onde a visibilidade de uma postagem é proporcional ao seu número de curtidas. E a história dos contramovimentos totalitaristas nos mostra o quanto é mais fácil arregimentar um grande número de pessoas quando as respostas aos problemas sociais parecem simples e sem relativizações ou contextualizações. Assim, a “disputa por curtidas” e a “guerra dos

¹⁶*Trend Topics* é um tipo de ranqueamento dos assuntos mais comentados no Twitter através do uso de *tags*, ou *hashtags*, acrescentando o símbolo # antes de uma palavra ou frase de efeito, que normalmente sinaliza um posicionamento político (no caso das disputas propriamente políticas, é claro).

¹⁷ No final de 2015, diferentes grupos se organizaram nas redes, mais especificamente no Facebook, para denunciarem diferentes páginas de conteúdo político na rede social. As denúncias contra páginas de conteúdo feminista e/ou LGBT eram feitas sob o argumento de "conteúdo sexualmente explícito ou pornografia", enquanto as páginas de conteúdo anti-feminista e/ou anti-LGBT eram feitas na categoria "discurso de ódio". Nesta disputa, diversas páginas foram excluídas e recriadas na sequência, algumas inclusive de forma a difamar uma ou outra posição política. Também ficou evidente nessa situação que as motivações para a empresa excluir determinado conteúdo de sua rede social eram mais baseadas na quantidade de denúncias que no teor das mesmas.

¹⁸ Esse debate, em parte contido no "Marco Civil da Internet", abre outra linha argumentativa que não está no escopo deste artigo.

memes" por vezes parecem transformar o conflito, inerente à própria vida política, em uma disputa numérica por adeptas/os de uma ou outra posição. Isso sem deixar de mencionar a batalha por derrubada de páginas no Facebook ocorrida no final de 2015¹⁷, que nos leva inevitavelmente a um debate sobre a confusão entre princípios democráticos de funcionamento da sociedade e as políticas de censura e liberdade de expressão presentes numa determinada rede social da internet. No limite, não podemos perder de vista que a lógica estadunidense de liberdade de expressão a qualquer custo é central nas decisões por manutenção ou exclusão de conteúdos dessas redes sociais.

Outro ponto a ser levantado sobre os usos políticos de tais plataformas é o resultado duplo das possibilidades de segurança e não cerceamento à fala, o que poderia acontecer em interações face a face nas quais o poder das relações hierárquicas se desvela em diferentes formas de intimidação política. Por um lado, o sujeito que não teria condições de falar em público, o pode; mas também se abre um vasto espaço para discursos de ódio e promotores de violência extrema. A questão aqui não é exatamente os danos e benefícios da liberdade de expressão nas redes¹⁸, mas a forma como a economia dos afetos se manifesta em tais expressões e principalmente no julgamento das mesmas. Assim, o que pode se apresentar como autonomia e liberdade individual, também pode se configurar como uma armadilha, que transforma a expressão de opinião de uma pessoa em processo de convencimento político na fala de um/a agressor/a, muitas vezes desconsiderando qualquer possibilidade de transformação política das pessoas (o que em grande medida sepulta o propósito político de transformação social a partir da resolução dos conflitos). Quem talvez virasse um/a aliado/a, vira inimigo/a... e assim se retroalimenta uma cultura política de ódio nas redes sociais da internet.

Esta situação me leva às considerações de Chantal Mouffe (2005) nas quais as relações humanas estão atravessadas e constituídas pelo antagonismo. Neste sentido, o propósito político-democrático seria passar do antagonismo ao agonismo. Nas palavras da autora:

[...] a perspectiva do "pluralismo agonístico", o propósito da política democrática é transformar antagonismo em agonismo. Isso demanda oferecer canais por meio dos quais às paixões coletivas serão dados mecanismos de expressarem-se sobre questões que, ainda que permitindo possibilidade suficiente de identificação, não construirão o opositor como inimigo, mas como adversário. Uma diferença importante em relação ao modelo da democracia deliberativa é que, para o "pluralismo agonístico", a tarefa primordial da política democrática

não é eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos. (MOUFFE, 2005, p.21)

¹⁹ “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.

Entretanto, a tarefa de manipulação da economia dos afetos não é simples. Foi inevitável a avalanche de postagens no Facebook comemorando as questões e o tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015¹⁹ repetindo a frase: “literalmente, machistas não passarão”. Seria possível derrotar o machismo sem encarná-lo alegoricamente no corpo do machista, branco, hetero, cis? Possivelmente sim, mas não é tarefa fácil. Ainda assim, o que me parece mais preocupante é a dificuldade de percepção e identificação de potenciais aliados/as, num tipo de trotskismo repaginado no qual ou se tem o programa máximo ou se é meu pior inimigo.

Se as teorias sociais disponíveis para pensar as relações humanas serão eficazes para pensar essas relações *online* é uma questão em aberto. As tecnologias e as possibilidades de interação social mediada pelas mesmas mudam constantemente, e qualquer exercício de previsão dos caminhos que isso tomará pode se configurar como futurologia inócua. O que se abre aqui é um vasto campo para futuras pesquisas que não apenas se utilizem da internet como meio, mas que a transformem na própria questão a ser analisada.

Ainda assim, existem exemplos de possibilidades de reconhecimento do humano através da máquina em processos nos quais a fronteira entre o online e o offline se esvanece. Estariam, então, nossas esperanças nas mãos do ciborgue?

Considerações finais: ou uma pitada de otimismo pós-estruturalista

As potencialidades do reconhecimento recíproco em interações sociais mediadas pela tecnologia parecem se localizar justamente nos pontos no qual a separação online/offline se dissolve. A delimitação dessa fronteira é cada vez mais difícil do ponto de vista das produções discursivas, das significações simbólicas e da própria dimensão temporal dos acontecimentos políticos e sociais.

Há na literatura uma grande discussão topográfica sobre a internet que por vezes caminha num sentido de separação espacial de um universo offline/real/presencial de um universo online/virtual/à distância. É no seio dessa discussão que surgem categorias como “ciberespaço”, que visa circunscrever eventos, interações, identidades e discursos produzidos online a um espaço específico, passível de delimitação teórica e analítica. Entretanto, os avanços contínuos das tecnologias e das possibilidades de acesso à internet constroem um

²⁰ Aqui me refiro ao debate sobre o caminho para uma tecnologia voltada para maiores possibilidades de interação, cooperação e conexão nas mudanças de funcionamento da internet que são comumente, embora não consensualmente, caracterizadas como Web 1.0, Web 2.0 e Web 3.0: “as tecnologias da web 1.0 permitem ‘processos cognitivos de comunicação’, sendo que há uma relação do usuário com o hipertexto. Já a web 2.0 cria bases para ‘processos comunicativos’, utilizando, para tal, plataformas interativas como as redes e mídias sociais. Por fim, a web 3.0 teria como fundamento permitir os ‘processos cooperativos’, realizando a integração de dados para construir novas informações e significados” (PARREIRAS, 2015, p. 29-30).

²¹ Uma discussão pormenorizada do ativismo de Amara Moira pode ser lida em Carvalho e Carrara (2015).

cenário no qual tal separação se torna problemática tanto do ponto de vista teórico quanto analítico. Algumas caracterizações e previsões sobre os potenciais de transformação social, cultural e política da internet, feitas há menos de uma década, soam por vezes anacrônicas, principalmente quando não se previam as possibilidades de acesso remoto (com o advento dos *smartphones*) e as reformulações no funcionamento da própria internet²⁰. Estas considerações nos levam a pensar em tais interações sociais dentro de um *continuum online/offline* (BELELI, 2012).

Existem, então, produções de pontes de identificação em vista do reconhecimento recíproco que operam justamente no *continuum online/offline*. As produções textuais da ciberativista Amara Moira em seu blog “E se eu fosse puta” disponibilizam para suas/seus leitoras/es um acesso ao universo marginal e estigmatizante da prostituição de travestis. Entretanto, o acesso a este universo se dá através de uma linguagem interessada e endereçada para a humanização do sujeito “travesti”²¹.

Um exemplo interessante desse processo pode ser percebido num canal de vídeos do YouTube organizado por um grupo de jovens gays e lésbicas, chamado “Canal das Bee”, que conta com a seguinte descrição:

Não só um canal contra a homofobia. Um canal contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia, o machismo. Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E principalmente, sendo quem você é! Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel. (Disponível em: www.youtube.com/user/CanalDasBee/about, último acesso em: 11/12/2015)

Através de vídeos entrevistando pessoas variadas, surgem interessantes debates. Mesmo considerando que o público do canal seja composto basicamente de jovens LGBT, ainda assim há que se levar em conta a potencialidade política proporcionada pela gama de regimes de visibilidade trans retratados nos diferentes programas. Uma parte significativa das entrevistas feitas no Canal das Bee é com pessoas trans. Entretanto, diferente de outros meios de comunicação, as entrevistas não se centram nas experiências pessoais de trânsito ou transição de gênero, mas em algo específico da pessoa entrevistada. Assim, houve entrevistas sobre feminismo, prostituição, acesso a serviços de saúde, ingresso na vida universitária, produção literária, eleições e partidos políticos, ativismo, cada uma com uma pessoa trans diferente, com trajetórias e posicionamentos políticos diferentes.

Indiretamente, o canal passa uma mensagem segundo a qual existem múltiplas formas de existência trans, além das disponíveis no repertório dos estigmas. E, diretamente, o

canal constrói processos de reconhecimento através de pontes de identificação entre a audiência e a pessoa entrevistada, como no caso da entrevista com uma travesti que acabava de passar no vestibular. Neste caso, a audiência hegemônica juvenil tem possibilidades de se identificar com todo o processo de entrada na universidade, e, a partir desta identificação, produzir um reconhecimento recíproco.

Este processo se faz possível não apenas na democratização das produções e divulgações de mídias alternativas. Há nisso tudo uma indiferenciação na máquina. Eu posso estar na tela dos outros e os outros na minha tela. O mito político do ciborgue de Donna Haraway (2000) aparece nos horizontes utópicos da derrubada dos muros que separam e segregam diferentes grupos sociais.

O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado (...). Eles desconfiam de qualquer holismo, mas anseiam por conexão – eles parecem ter uma inclinação natural para uma política de frente unida, mas sem o partido de vanguarda. (HARAWAY, 2000, p. 43-44)

O paradoxo permanece, e talvez seja até desejado. Se face a face, deusas da humanidade de um/a podem ser captadas por outro/a, é também face a face que a própria existência humana pode ser anulada por um/a, no extremo do não reconhecimento do outro/a. Se face a máquina, as sutilezas da humanidade de um/a podem ser perdidas em “curtidas” e “descurtidas”, é também face a máquina que a máquina humana pode ver a face da humanidade dx outrx.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu* (43), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2014, p.13-56.
- ÁVILA, Simone. FTM, *tranhomem, homem trans, trans, homem*: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- BELELI, Iara. Amores *on line*. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco da; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 56-73.

- BENTO, Berenice. *Brasil: país do transfeminicídio*. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf, último acesso em 20/03/2015. Publicado em: 04/06/2014.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life: the powers of mourning and violence*. London, New York: Verso, 2006.
- _____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- _____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- _____.; VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CEPESC, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2011. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (área de concentração: ciências humanas e saúde), Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro.
- _____. 2015. *Muito Prazer, Eu Existo! Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (área de concentração: ciências humanas e saúde), Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro.
- _____.; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, n. 14, Dossier n. 2, p. 319-351, 2013.
- _____.; _____. Ciberativismo Trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea: comunicação e cultura*. Salvador: Póscom/UFBA, v. 13, n. 2, Dossiê Temático "Internet, Feminismos e Diversidade Sexual", p. 382-399, 2015.
- CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, 2016. No prelo.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora: revista de história do tempo presente*, v. 1, p.134-161, 2014.
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos – CEBRAP*. nº 97, p. 43-55. São Paulo, novembro de 2013.

- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 161-193
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129.
- HONNETH, Axel. Integrity and Disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, v. 20, n. 2, p. 187-201, Maio de 1992.
- _____. Redistribution as Recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres e Nova York: Verso, 2003, p. 110-195.
- _____. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. 2009. 291p.
- LACERDA, Paula. 2006. *O Drama Encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (área de concentração: ciências humanas e saúde), Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n 25, p. 12-23. Curitiba, novembro de 2005.
- PARREIRAS, Carolina. *Alt porn, corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. 264p.
- SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p. (Coleção História do Povo Brasileiro)
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: CULTRIX, 2007.

[Recebido em 12/05/2016
e aceito para publicação em 21/09/2016]

Is our hope cyborg? Subalternity, recognition and "tretas" in the internet

Abstract: *This article is based on considerations about the limits and potentialities in the production of solidarity, through reciprocal recognition, in social interactions mediated by technology, involving mainly trans activists. Starting from the symbolic interactionism ideas of face to face social interactions, I regard the conflicts present in political interactions on the internet and the transformation of "potential allies" into "enemies" or "adversaries" in the political struggle. In this analysis, I try to understand the political-academic exchanges involving categories such as "subalternity" and "intersectionality" in order to enter the delicate debate about the greater or lesser appreciation of political positions based on the "standpoint" of the subject and of his or her interlocutor.*

Keywords: *Cyberactivism; Recognition; Subalternity; Social Moviments; Internet*

Mario Felipe de Lima Carvalho (mariofelipe@gmail.com). Psicólogo graduado pela Universidade de São Paulo (IP-USP), mestre e doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS-UERJ) na área de concentração de Ciências Humanas e Saúde. Pesquisador no campo de gênero, sexualidade e política, tem como foco prioritário o movimento de travestis e transexuais no Brasil.